
CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA
DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

Jorge Borges de Macedo

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMATICA PORTUGUESA

ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

V

O EQUILÍBRIO CONTINGENTE

*Batalhará Europa sobre quem a há-de levar por
senhora. Andarão após ela não só um rei senão
muitos.*

P. António Vieira

1 — *As incidências reais*

No final do século XVII, já eram muito amplas as áreas da Europa que tinham conseguido aumentos estáveis e tão importantes na produção agrícola que tornavam esta última, habitualmente, superior ao consumo regional. Nessas condições, para lhe conservar o valor económico, tornava-se indispensável promover a sua remessa para áreas onde pudesse ser comprada. Aquilo que era uma situação permanente no campo da indústria e de algumas matérias-primas também se tornava indispensável na agricultura, processo verificável tanto nas regiões do Mar do Norte como do Báltico. Como se vê, a preocupação estratégica com novas zonas, para assegurar a influência em regiões capitais da Europa assenta também em motivos económicos. O comércio, já bastante diversificado em mercadorias e serviços, ampliou-se muito mais, tanto quanto a cereais, como ainda no que diz respeito à madeira, ao linho, breu, carvão de pedra, sal, vinho, frutos, queijo, manteiga, bacalhau, etc., para só referir a produção europeia. A mentalidade quantitativa, como nova dominante dos interesses comerciais e de que fala Nef, a partir do último quartel do século XVII, exprime-se num grande número de produtos onde a agricultura passa a ter um papel significativo.

Com este acréscimo no número dos artigos incapazes de serem absorvidos pelo consumo regional, ocorreram dois outros movimentos de grande dinamismo. Um primeiro foi uma baixa dos preços agrícolas, em especial dos cereais; um segundo refere o desenvolvimento de aparelhos comerciais que, uma vez montados, obrigavam à sua aplicação, única forma de os tornar rendíveis: a marinha mercante procurava avidamente fretes pois mobilizava grande número de pessoas que só viviam deste tráfico. No caso da Holanda e depois da Grã-Bretanha, a situação era mesmo de pura sobrevivência.

Pelas garantias duradouras de emprego, pelos lucros enormes que facultava, pelas mercadorias que solicitava e colocava, o tráfico intercontinental veio a adquirir uma importância cada vez maior. Para o levar a efeito, constituíram-se, para certas zonas, companhias que procuravam privilégios especiais, de modo a garantir o juro dos capitais investidos; para outras, armavam-se navios singulares. Nestas condições, o transporte de mercadorias de consumo corrente, o abastecimento das clientelas de luxo, a aquisição de mercadorias estratégicas (madeira, linho, ferro, cereais) atingiram volumes que movimentavam grandes somas de dinheiro só acumulável por entidades próprias — bancos e banqueiros — e constituíram grandes incitamentos para o aumento da produção. A partir desta situação, isto é, quando não era possível encontrar mercado para os produtos excedentários, já podia falar-se em crise de produção. E esta, a não ser resolvida, ocasionava grandes perturbações nos recursos das populações ou mesmo o desinteresse pelo investimento agrícola, caso o aparelho comercial não promovesse o escoamento das colheitas.

Estas circunstâncias estimulavam ainda o crescimento das cidades e a concentração populacional, o que, embora não se revista da grandeza que veio a ter depois do industrialismo, apresentou formas bem sintomáticas. Assim, entre finais do século XVI e princípios do século XVIII, o número de cidades europeias com mais de 40 000 habitantes, apesar da estabilidade demográfica geral, passou de 40 para 48 e o número de cidadãos passou de 3 600 000 para 4 500 000 habitantes. Aumentava pois o número de consumidores que não eram produtores. Ao mesmo tempo, para poderem pagar o seu consumo, as cidades tendiam a reforçar a sua capacidade industrial, a incitar a produção mineira e a concentrar artigos para redistribuição. Assim, por exemplo, quase metade da produção cerealífera importada em Amsterdam destinava-se a ser reexportada.

A capacidade comercial da Europa exprimia, sobretudo, o volume desses excedentes com que se mantinha o comércio de longo curso e se pagavam as mercadorias orientais, além das africanas e americanas, sem que o consumo europeu fosse afectado. O aparelho comercial indispensável para o escoamento das mercadorias em excesso tornava-se a condição do seu valor económico, pelo que se acentuaram, então, as medidas de protecção ao comércio; surgiram até os primeiros subsídios de exportação, decretados em 1689, na Grã-Bretanha. Os governos preocupavam-se insistentemente em assegurar mercados e esta necessidade tinha de estar presente nas relações diplomáticas.

A disponibilidade de produtos diferentes tanto nos consumos como nas formas e prazos de pagamento, assim como no seu lento escoamento e consequente necessidade de armazenagem aumentaram o papel do dinheiro. Com dinheiro podiam esperar-se preços mais favoráveis ou aproveitavam-se, sem grandes urgências, pouco competitivas, as oscilações do mercado. Este aumento dos serviços prestados pela disponibilidade de capitais exprime afinal a capacidade económica europeia. Só era possível aproveitar plenamente as possibilidades facultadas pela produção excedentária e promover a sua circulação vantajosa, ou existindo reservas financeiras ou que o trabalho fosse barato. Situação que fez aumentar consideravelmente a procura de capitais e está relacionada com uma primeira teorização económica, ainda que doutrinária, que são as concepções mercantilistas. Assim, a partir do século XVII, os banqueiros acentuam a sua interferência no conjunto do aparelho comercial, e surgem até empresas bancárias de funcionamento central (Banco de Amsterdam, 1609; de Hamburgo, 1619; de Londres, 1694; de Paris, 1724).

Em suma, no último quartel do século XVII, acentua-se, de um modo manifesto, a tendência para o tráfego de mercadorias de grande produção e constante consumo.

Nestas condições, a procura constante de novas áreas de escoamento faz aumentar ainda mais a importância do tráfego atlântico. Por sua vez, a produtividade agrícola, como superior às necessidades regionais imediatas, a baixa dos preços e das rendas aumentavam o papel do comércio, como estimulante da produção pois era a única forma de conservar a produtividade alcançada, indispensável para valorizar a riqueza e os recursos do Estado.

Dispor de uma população consumidora, nesta época de escasso crescimento demográfico, constituía também uma defesa para a produção agrícola, objectivo que não era estranho à preocupação de aumento de território que absorvia a França de Luís XIV, sob a forma de procura das fronteiras naturais, assim como o não foi, decerto, à popularidade inicial que teve a intervenção francesa na Espanha, país de grandes importações agrícolas.

Importa salientar um outro aspecto essencial decorrendo de todo este processo. Com efeito, a importância do tráfego comercial para resolver problemas económicos dos diferentes estados europeus acarreta a insuficiência das soluções exclusivamente militares e regionais. A solução das dificuldades de um Estado podia envolver, decerto, modificações políticas e militares mas tinha de obrigar, também, a alterações favoráveis do seu comércio. Para o próprio poder militar, deixava a guerra de ser solução bastante, embora continuasse a ser uma condição necessária. Passava a apresentar-se, tão-só, como uma exigência cujos resultados tinham já de considerar os reflexos económicos e sociais. Sem isso, já era pouco menos que inútil.

O escoamento dos excedentes e a disponibilidade das rotas oceânicas, para esse efeito, assim como o acesso aos diferentes mercados europeus tornava os acordos comerciais quase tão importantes como as aquisições estratégicas. Estas últimas tinham de ser pensadas tendo os primeiros em consideração. As posições assim adquiridas só tinham algum interesse quando asseguravam vantagens doutra ordem. A glória militar era necessária mas tinha de estar ao serviço dos interesses do Estado. O militar, como honra pessoal, dava lugar ao militar-serviço: sem a excluir, integrava-a numa definição, decerto, mais complexa, mas também de mais fácil contaminação.

A guerra não se cingia ao domínio dos acessos estratégicos; comportava um significado necessariamente mais amplo. Envolveria também — e por vezes, sobretudo — o domínio das rotas e tangia seriamente com o problema da subsistência económica do Estado. Assim, se era certo que a França dispunha sobre a Europa de uma indiscutível supremacia militar, esta não podia bastar para conduzir à hegemonia efectiva. Na verdade, dominando o continente europeu, ao transferirem-se as rotas e os abastecimentos ultramarinos para as mãos dos seus inimigos ou, pelo menos, dos seus rivais, a França, mesmo depois das suas vitórias militares,

assistiu ao fortalecimento das resistências que se lhe ofereciam e que se encarniçavam, destemidamente, na defesa do tráfico, condição de riqueza, de empregos e de mercados. A ideia de Colbert de anexar a Holanda, e deste modo se apoderar do seu comércio ultramarino, cada vez mais se distanciava da realidade: a capacidade da Holanda estava no mar, não no seu território europeu, condição de poder, sem que fosse a sua verdadeira esfera de influência. Cada vez mais o aparelho económico, para render, exigia, sobretudo, garantias no próprio tráfico e nas reservas de mercado. O recurso à guerra podia trazer um aumento de hegemonia, mas já não forjava a própria hegemonia. O militar tinha de ser um servidor integrado numa função que esperava o momento próprio para intervir, mas que só o podia fazer, como se vê, para alcançar garantias económicas e sociais. As condições de guerra tornavam-se cada vez mais conjuntos amplos e complexos de razões e cada vez menos motivos dinásticos e políticos, mesmo quando parecessem sê-lo.

A insuficiência da supremacia militar revelou-se claramente no final do século XVII, quando a França, apesar da sua indiscutível superioridade nesse domínio, assinou a paz de compromisso de Ryswich (1697), onde as considerações económicas e as exigências do equilíbrio geral de forças foram mais importantes que as vitórias em campanha. Com a guerra da Sucessão de Espanha, torna-se o factor principal para explicar a perda de influência europeia por parte da França.

2 — *Os recursos*

A paz estabelecida, em 1668, entre Portugal e a Espanha inseria-se já nesta situação europeia tensa e diversificada. Foram mesmo as circunstâncias que favoreceram a sua assinatura, sobretudo por parte da Espanha. Assim como são elas que explicam a persistência da Grã-Bretanha em levar as negociações até àquele resultado.

A base da tensão vivida na Europa política era o manifesto intento da França em substituir a Espanha, na sua hegemonia continental, a ocidente, e em continuar a impedir, na Europa Central, que pudesse surgir uma potência capaz de promover a unificação política daquela zona: era indispensável que se mantivesse aí um equilíbrio regional, de modo a absorver as forças existentes e impedisse a transferência delas para qualquer outra área. O projecto de França, no último quartel do século XVII,

era o de tornar-se a potência hegemónica, o árbitro da Europa, alcançando o domínio do Reno, a tutela da Península Ibérica e influência sobre os mares próximos. A Áustria ficaria absorvida na luta contra o turco, enquanto as outras potências do Báltico e do Oriente europeu conservariam também um equilíbrio regional. Os principais opositores a este projecto eram, no mar, a Holanda e a Grã-Bretanha e, em terra, a Áustria.

A paz de Portugal com a Espanha, em 1668, reflectia, como foi dito, todo esse processo no sentido da hegemonia europeia da França. Mas também já pertencia à experiência dos estados europeus o cálculo sobre o modo de lhe fazer frente, tanto mais significativo quanto é certo que se experiência não podia constituir um receituário; resultava da avaliação cautelosa dos recursos dos estados e da sua combinação. A montagem de coligações que reunissem os esforços de diversas potências, para lhes dar capacidade de se opor a um projecto hegemónico, era uma ponderação política e militar subentendida nas guerras da Itália, nas lutas entre Carlos V e Francisco I, no decurso da Guerra dos Trinta Anos, ou nos confrontos do último quartel do século XVII, com os esforços franceses para «atingirem» as suas «fronteiras naturais». Tratava-se, agora, de alterar os parceiros e de os combinar, de novo; o sistema não se modificava muito com a mudança dos parceiros, embora fossem agora maiores os perigos eminentes. O problema das coligações levadas a efeito ao longo dos séculos de relações internacionais europeias é que elas nunca se realizam da mesma forma, nem nas mesmas condições, nem com os mesmos recursos. Desta vez, estudavam-se os meios de conseguir que potências, já importantes noutras áreas, percebessem que tinham de deslocar as suas forças para obstar a que a França se aproveitasse da absorção dos recursos militares em compromissos regionais para se colocar ela no ambicionado papel de árbitro, uma vez que detinha a força central suficiente para as intervenções imediatas. Por essa viabilidade de intervenção tinha-se tornado a potência mais forte no concerto geral.

Deve dizer-se que esta actuação europeia da França tinha o apoio da opinião pública francesa. Esta não podia deixar de ser sensível ao projecto da demarcação de fronteiras naturais mais seguras, assentes nas viabilidades geográficas do território. Para atingir expressamente essa finalidade, a França tinha desencadeado várias guerras. A primeira já estava em desenvolvimento, antes mesmo da assinatura da paz entre Portugal e a Espanha. Tinha sido a chamada *Guerra da Devolução* (1665-1668)

que, desde logo, serviu de advertência às outras potências quanto aos projectos franceses: nesse contexto, conseguiu Portugal o apoio inglês para negociar a paz com a Espanha. E, no mesmo sentido, essa *Guerra da Devolução* levou à união entre a Grã-Bretanha, a Holanda e a Suécia, de que resultou a assinatura do Tratado de Aix-la-Chapelle (Maio de 1668). O que, sobretudo, mostrou é que não era fácil à França enfrentar uma Europa tão prevenida quanto aos projectos de Luís XIV. Como conseguiu-lo?

Para os realizar, dentro desta prevenção geral, o estado francês enveredou, decididamente, pela organização de um poderoso exército que compensasse as incertezas dos aliados e aumentasse consideravelmente os perigos de participar em coligações contra a França.

O estabelecimento de um poderoso exército francês era possível por diferentes vias e razões. Em primeiro lugar, circulavam em França fortes argumentos ideológicos, de suporte, no sentido de justificar, com motivos públicos acessíveis, a existência de uma força militar poderosa. Consistiam eles na necessidade de um exército para a execução do projecto nacional francês de alcançar fronteiras «naturais», isto é, susceptíveis de evitar as invasões e de conseguir bases estáveis para a sua defesa e, eventualmente, ampliar a área de influência francesa.

Sobre esta motivação ideológica incidiam viabilidades tecnológicas polivalentes, expressas no constante melhoramento da eficácia das armas individuais, a que já se fez referência, assim como no melhoramento do seu fabrico, e no aperfeiçoamento da técnica de fortificação. Esta passava a ser concebida em profundidade, com a multiplicação das zonas de tiro. Importa dizer que todos estes recursos aumentavam de capacidade, quanto as unidades militares se mantinham coesas: a disciplina tornava-se, pois, tanto a expressão básica do exército como também a manifestação pública da aceitação da sua finalidade nacional; já aí, antecipando Rousseau, a vontade particular sujeitava-se, em absoluto, à exigência colectiva, expressa na simultaneidade dos esforços de todos os membros do exército. Era essa a nova base dos conceitos de disciplina militar que vinham substituir as exigências estabelecidas nos «regimentos» senhoriais e nos códigos de honra. A razão de estado ficava acima de quaisquer outras exigências.

A organização do exército francês é uma confluência de experiências diversas. Com efeito, para a levar a efeito, foi adoptado, com poucas alterações, o sistema de Gustavo Adolfo da Suécia; constituíram-se assim

unidades uniformizadas, instaladas em aquartelamentos, com centros de abastecimento e de exercício, assim como guarnições nos lugares fortificados. Estas tropas «centrais» passaram a dispor, a partir de 1688, da *milicia*, espécie de unidades regionais; os seus efectivos mediavam entre 200 a 300 mil homens e destinavam-se, sobretudo, ao apoio das tropas de linha, na defesa das áreas onde viviam.

Este conjunto representa, no contexto demográfico da França e para o tempo, uma dimensão grandiosa. Contudo, também se verifica, em todos os estados europeus, uma tendência semelhante, em maior ou menor grau, no sentido da constituição de exércitos prontos para intervenção imediata e dotados, portanto, de uma hierarquia militar generalizada e permanente. Na Europa, desde a queda do Império Romano que se não verificavam organizações militares semelhantes e o facto reflecte-se em fenómenos de natureza social e institucional: a guerra passou a ser um serviço público e deixou de estar ligada a uma categoria social própria; desenvolviam-se ou criavam-se serviços especializados como a engenharia e a saúde, ao mesmo tempo que outros envolviam exigências económicas, técnicas e administrativas consideráveis. O abastecimento de artigos necessários a uma instituição provida de fardamentos próprios, a instalação permanente e a remuneração adequada dos militares, além do fornecimento de armas e munições, pesavam no orçamento de qualquer país, não podendo, pois, ultrapassar certos limites, já então estudados: o exército era proporcional aos recursos do Estado, assim como à sua população, e as suas funções tornavam-se meramente executivas.

Ao lado destas transformações militares de tanta projecção sobre as condições sociais e financeiras, as viabilidades navais não se modificaram de um modo tão profundo. Há, no entanto, que referir, sobretudo na marinha inglesa, alterações de algum interesse na forma de carregar a artilharia, o que aumentava o poder de tiro e levou ao estudo e à preparação de manobras para esse efeito. No entanto, as dificuldades em estabelecer comunicações eficazes entre os navios, durante os combates, continuavam sem solução, reduzindo o número útil de barcos que podiam, simultaneamente, envolver-se em batalha.

A profissionalização das armadas e dos seus quadros obrigava a um recrutamento numeroso e à preparação de um oficialato muito treinado. Quanto maior fosse a marinha mercante, mais fácil era recrutar marinheiros para a guerra e substituir as baixas. Ora, enquanto a França tinha

largas zonas de população desinteressadas da vida marítima, a Inglaterra e a Holanda dispunham de uma base de recrutamento profissional mais motivada, apesar da menor população, o que acabou por se reflectir nas diferentes capacidades das marinhas francesa, inglesa e holandesa. Ao longo do último quartel do século XVII e princípio do século XVIII, as possibilidades de a marinha francesa conservar a supremacia no mar, apesar dos seus excelentes navios, foi sucessivamente diminuindo. Embora numericamente igual às armadas holandesa e inglesa juntas, a hegemonia naval francesa, ao longo da Guerra da Sucessão da Espanha, acabou por desaparecer. E a aplicação de navios de guerra franceses em operações de terror marítimo, dando prioridade ao corso e aos assaltos de costa, veio a ter efeitos contraproducentes, uma vez que reforçou a determinação da Inglaterra e da Holanda em conduzirem a guerra. Em vista destes processos, as populações convenceram-se da necessidade de dispor de uma frota poderosa que as defendesse dos assaltos vindos do mar. O acréscimo das despesas governamentais britânicas e holandesas destinadas ao reforço da marinha de guerra, de modo que as suas costas ficassem livres do risco do corso, foi assim facilmente aceite pela opinião pública e o prestígio da marinha solidamente estabelecido.

Ao lado deste aumento dos exércitos permanentes e da maior eficácia da marinha, manteve-se a função estratégica das pequenas áreas como decisivas para garantir a segurança dos grandes estados. Por consequência, no final do século XVII verificaram-se numerosas guerras regionais. Refiram-se as guerras do Norte, da Irlanda, de Messina, Escócia, Hungria, etc. Daí resultaram duas consequências. A primeira foi a manutenção da independência política dos pequenos estados e a consequente necessidade de negociar o seu indispensável apoio para o sucesso das coligações. A segunda, em sentido contrário, foi o amadurecimento das tácticas políticas e militares por parte das grandes potências que, para as conquistar, promoviam o seu isolamento, com vista a conduzir aí uma guerra de desgaste e de concentração em que o resultado era a inevitável vitória do mais forte sobre o mais fraco, já previamente isolado. As pequenas potências que podiam impedir esse isolamento sobreviviam e eram solicitadas para as coligações e para uma colaboração mais próxima, no domínio militar. E quando se encontravam junto das zonas estratégicas que cobriam imediatamente os grandes estados, embora não pudessem recusar-se a uma ligação política mais íntima ou a fornecer serviços, mantinham a sua

existência como potências soberanas. A sua independência ficava, na verdade, muito diminuída, mas não desaparecia.

Pela natureza da sua situação geográfica, Portugal escapava a todo este processo estratégico. Mas não sucedeu o mesmo com o Franco-Condado, parte da Flandres, o Luxemburgo, o Palatinado, a Silésia ou mesmo a Boémia, a Hungria ou a Catalunha, nem com as regiões europeias sujeitas aos turcos.

Por outro lado, há que referir o aumento da eficácia das medidas económicas tomadas no sentido de influir na hegemonia política e militar. A título de exemplo, dir-se-á que a guerra da Holanda (1672) começou com as medidas alfandegárias tomadas pela França contra aquele país.

Nestes três conjuntos de fenómenos, as condições estruturais exprimem-se em conjunturas (projecto nacional das fronteiras, exércitos permanentes e papel das áreas regionais) e davam aos confrontos entre as grandes e médias potências europeias um sentido mais amplo e profundo, tanto no que se refere às coligações possíveis, como no que se refere à natureza das guerras que, de modo algum, podemos considerar como guerras dinásticas ou de mero prestígio. A consideração desses dados permanentes dá-lhes um alcance que ultrapassa, de muito longe, as motivações imediatas.

Pelas condições político-militares já referidas, a potência mais visada nas coligações era a França. Esta, para as enfrentar e poder aproveitar a sua indiscutível superioridade militar, precisava circunscrever a área das operações e limitar pela retribuição de vantagens, ainda que acessórias, o número, a qualidade e a determinação dos coligados que se lhe quisessem opor. Nesse sentido, quando empreendeu a guerra da Liga da Holanda (1672-1678), já tinha conseguido, com o Tratado de Dover (1671), que a Inglaterra se mantivesse fora da contenda e o mesmo tinha conseguido no que se refere à Suécia, por um outro tratado (1672), assim como alguns estados alemães mais inquietos (Colónia e Munster). Não era, porém, o suficiente. Por isso, retoma o aproveitamento dos antagonismos entre estados em áreas mais distantes, de modo a que as pressões que aí se desenhavam incidissem nos centros decisivos do confronto militar propriamente europeu. Assim, são levadas a efeito operações complementares na Sicília, na Dinamarca, na Prússia, na Suécia, na Polónia, etc., com vista a alcançar uma disposição favorável de forças, frente à Áustria e à Holanda. A Paz de Nimègue (1678), daí resultante, se consagrava

a hegemonia militar da França revelava, também, por outro lado, a viabilidade da resistência à sua hegemonia pela chamada de forças de outras áreas, dispersando os lugares de confronto a que a França teria de atender. Deste modo, os seus principais adversários não precisariam de dispersar os seus próprios exércitos, embora a França tivesse de o fazer.

Depois de Nimègue, esse processo tornou-se o sistema e a finalidade permanentes procurados pelas coligações: dispersar o emprego da força militar francesa, assim transformada em vários exércitos menores. Acresce que, se aquela paz manifestava a hegemonia da França, alarmou todas as potências, ao patentear a intenção francesa de se dirigir sobre o Reno, e de substituir a Áustria na hegemonia sobre a região alemã. O facto desencadeia, pois, um novo processo da resistência europeia e o consequente apuramento daquele único sistema que podia evitar o triunfo francês: a coligação das potências imediatamente visadas pela hegemonia de Luís XIV e a chamada à luta contra a França de novas regiões europeias, para alcançar a dispersão dos seus exércitos. A esta orientação a França responde no mesmo sentido, embora com menos sucesso, interessando a Hungria e procurando estabelecer posições em Marrocos, condição para uma hegemonia no Mediterrâneo Ocidental.

Em conjunto, a situação era simples: a força essencial da França continuava a assentar no seu exército e a única probabilidade de que a Europa dispunha para o enfrentar era a união dos esforços das principais potências suas inimigas. Assim definida, a situação não dava lugar a muitas surpresas. Mas, para desencadear o processo dos desequilíbrios sucessivos no sentido de afectar a Europa Central e Ocidental, com a chamada de outras áreas estratégicas europeias, era um sistema praticado por ambos os blocos; as suas consequências eram, então, imprevisíveis, embora a aplicação sistemática fosse irreprimível e, tão-só, uma questão de tempo. A Guerra da Sucessão de Espanha ia torná-lo decisivo, conseguindo obrigar a França à dispersão dos seus exércitos.

3 — *A prioridade económica*

Na sua maioria, até à Guerra da Sucessão de Espanha, os acontecimentos diplomático-militares mais significativos tinham evoluído em áreas onde a provável influência de Portugal era bastante limitada. Assim desenhados, só poderiam vir a impor uma responsabilização directa por parte

de Portugal, caso a hegemonia francesa viesse a estabilizar-se no continente e no Oceano. Mas enquanto os esforços franceses incidissem, de preferência, na consolidação das suas fronteiras e na definição das forças da Europa Central ou da foz do Escalda, essa chamada directa de Portugal, no sentido de tomar posição quanto ao equilíbrio europeu, apresentava-se bastante remota. No entanto, as facilidades francesas em Marrocos, o envolvimento do Mediterrâneo Ocidental, a sua sensibilidade ao tráfego atlântico, apontavam para um inevitável envolvimento de Portugal. Era uma questão de tempo.

Apesar da existência na Corte de um activo e influente «partido» francês, os receios da opinião pública portuguesa quanto aos projectos de Luís XIV e à sua provável presença em Espanha, em prazo incerto, eram evidentes. Quando em 1668 foi assinada a paz entre Portugal e a Espanha, já nessa ocasião era flagrante a recusa portuguesa em se deixar envolver nos desígnios hegemónicos franceses. Com efeito, a paz entre as duas potências peninsulares não beneficiava os interesses da França, uma vez que libertava a Espanha de um considerável compromisso militar, que lhe absorvia grandes efectivos. Pelas mesmas razões, os franceses chamaram as unidades que tinham em território português: logo em Junho de 1668, Schomberg, com 4000 soldados chegava a La Rochelle, ido de Portugal: a França tinha deixado de contar com a desejada diversão de forças espanholas na retaguarda da fronteira dos Pirenéus.

Entretanto, depois da derrota que, para ele, representou a assinatura da paz, o partido francês na corte lisboeta conseguiu retomar alguma influência, ao ter conseguido realizar o casamento de Maria Francisca Isabel de Sabóia com o regente D. Pedro, o que levou ao aumento da influência do duque de Cadaval, fortemente ligado àquele partido francês. Contudo, esta influência encontrava grandes resistências pois era clara a sua pouca utilidade para o País e a sua ligação com propostas belicistas relativamente à Espanha. Assim, o partido francês, fora da Corte e em relação à opinião pública, pouco conseguia. Na verdade, depois da paz com a Espanha, o problema mais grave residia na situação económica portuguesa que se apresentava gravíssima.

A integração de Portugal na vida europeia, depois da paz, foi rapidamente levada a efeito, no ponto de vista político. Em compensação, o País debatia-se com problemas de natureza económica, de muito mais

difícil solução. Na verdade, para conseguir a sujeição dos «rebeldes» portugueses, a seguir à Revolução de 1640, os espanhóis tinham usado largamente da guerra económica, tentando, em especial, bloquear o comércio português com países europeus. Para enfrentar a ameaça, Portugal tinha sido forçado, entre outras medidas, a dar a ingleses e holandeses, em diferentes tratados comerciais, grandes privilégios com o fim de os atrair a Portugal, nomeadamente a Lisboa, onde comprassem as produções portuguesas e as pudessem distribuir pela Europa. Era esse o único meio de promover as exportações, pois o risco de apresamento que os navios portugueses corriam nos mares vizinhos da Europa eram muito elevados. Por outro lado, a guerra de desgaste promovida pelos espanhóis, com a destruição de colheitas e gado, enfraquecia o Alentejo e tornava extremamente precária a situação económica daquela província, como precário já era, além disso, o dispendioso transporte da sua produção para Lisboa. Esta cidade precisava de importar grande quantidade de produtos alimentares. Mas não era fácil canalizar para aí os produtos do interior do País, tanto por falta de estradas como por carência de meios para a profissionalização mínima do transporte. Assim, para conseguir, no comércio internacional, alguns meios de pagamento viáveis, era indispensável promover por todos os meios a colocação de produtos portugueses no mercado europeu acessível. Portugal tinha sido mesmo obrigado a hipotecar, num empréstimo feito na Holanda, a produção do sal de Setúbal.

Conseguida a paz e com ela o acesso directo aos mercados europeus, a colocação dos produtos portugueses na Europa continuou, não obstante, a ser feita pelos mercadores estrangeiros, à sombra dos privilégios que durante a Guerra da Restauração lhes tinham sido concedidos. A exportação directa feita por portugueses, dos seus produtos, era muito reduzida, afastados como estavam dos mercados europeus, tanto mais que estes últimos estavam sujeitos, neste tempo, a uma aguda concorrência, difícil de vencer por quem tão mal os conhecia. Acrescentava-se a necessidade, já referida, de levar a efeito uma enorme importação. O valor económico de toda a sua produção, colonial e metropolitana, como sejam os couros, o tabaco, o açúcar, o sal, o vinho, as frutas, diminuía muito para os portugueses, uma vez que os lucros da sua comercialização pertenciam quase inteiramente a ingleses, holandeses e franceses. E se havia mercadores portugueses que tinham sido bem sucedidos na montagem de uma rede comercial própria, depois da paz de 1668, a participação dos merca-

dores estrangeiros no comércio português era excessivamente elevada e obsteu muito mais que quaisquer outros motivos à criação de uma classe mercantil influente e eficaz.

Depois da paz com a Espanha, impunha-se, portanto, aos portugueses recuperarem a sua solvência económica, aumentando a produção e tentando reaparecer nos mercados europeus. Era, no entanto, impossível retirar, imediatamente, os privilégios concedidos a ingleses e holandeses. No caso da França, era mesmo indispensável uma especial persistência e energia para impedir que a sua influência aumentasse. Foi preciso recusar-lhe participações no comércio da Índia e o estabelecimento de instalações especiais suas no porto de Lisboa (1669). A procura pelos portugueses de novos mercados para o vinho, o açúcar, o tabaco, a madeira e o sal, a valorização comercial dos seus produtos era uma questão de sobrevivência. Por aí se teriam que definir as prioridades e a diplomacia não o podia ignorar.

4 — *O distanciamento português*

... de sorte que devemos ser amigos de todos mas com grande política, de Inglaterra com sinceridade, e de França com estudo .

José da Cunha Brochado, carta ao confessor de D. Pedro II, em 29 de Novembro de 1700, in Damião Peres. *A diplomacia portuguesa e a sucessão de Espanha (1700-1704)*, Barcelos, 1931, pág. 36.

Em face da gravidade destas questões e da lentidão com que teriam de ser resolvidas, os problemas da política externa portuguesa, ao longo do quarto de século entre setenta e noventa e cinco, apresentavam uma escassa premência, tanto mais que os confrontos militares territoriais eram distantes. Havia um ambiente generalizado, não tanto, talvez, para a neutralidade, como, sobretudo, para se distanciar, podendo, dos compromissos internacionais. Os problemas portugueses eram outros.

Além disso, as áreas onde a hegemonia europeia se debatia facilitavam o distanciamento português. As verdadeiras prioridades portuguesas relativas ao comércio colonial e à sua segurança não estavam, ainda directamente envolvidas no debate: apesar da influência marítima francesa, não

era ela de molde a suprimir a capacidade de resposta de holandeses e ingleses: os franceses, na verdade, só partilhavam o mar e o seu predomínio não tinha força para dominar os rivais. No entanto, se alguma dificuldade intransponível surgisse nesse domínio, a atitude portuguesa de distanciamento teria de terminar.

Com efeito, não se tratava de alheamento das questões. As perspectivas em que se desenvolviam as negociações, as áreas a que diziam respeito, impediam que esse distanciamento praticado pelos portugueses pudesse significar uma falha no cálculo das forças político-estratégicas em jogo, ou das responsabilidades que delas poderiam decorrer. Portugal mantinha uma política externa cautelosa, procurando evitar os encargos e os compromissos a que a pressão francesa podia obrigar, quer para se defender, quer para a apoiar. Evitou, por consequência, dar seguimento ao convite de participação na campanha contra a Holanda, para a qual Luís XIV tentava mobilizar a Europa Ocidental (1672-1673). Paralelamente, evitou entrar em conflito com a Espanha, apesar de, neste último caso, a pressão ser acompanhada de manobras e provocações diversas, em que não faltaram as tentativas de pressão através dos problemas internos portugueses, nomeadamente a ameaça de reposição no trono do rei D. Afonso VI, preso em Angra do Heroísmo.

Embora não deva ser motivo de grande surpresa, é interessante notar-se que esta ameaça de aproveitamento internacional da situação de D. Afonso VI tanto foi feita por espanhóis como por franceses.

A pressão exercida pelas potências, aliadas ou inimigas de Portugal, através do aproveitamento da situação interna deste, é um factor que deve considerar-se constante na história diplomática portuguesa: a independência nacional é um fenómeno de equilíbrio e de vontade política, um voto que alguns portugueses nunca consideraram como definitivo. Este facto não significa que a independência seja precária ou desnecessária. Prova sim que ela é uma escolha, um esforço de manutenção das suas vantagens políticas, na sua mais alta dimensão, e esta situação exige esforço e maturidade pelo que o seu enfraquecimento pode sempre ser aproveitado em épocas de crise: a independência portuguesa assenta na vontade política nacional de a defender e na consequente capacidade de, para isso, aproveitar as condições da conjuntura.

As reticências portuguesas quanto aos compromissos europeus nunca se alteraram neste último quartel do século XVII. Quando já se apro-

ximavam os indícios da paz entre a Holanda e a França, Portugal não deu grande seguimento às propostas no sentido de a cidade de Lisboa ser escolhida como lugar para as negociações de paz, e embora permanecesse o convite para adoptar a situação de mediano, nunca aprofundou essas potenciais responsabilidades. E a mesma preocupação está implícita nas ordens que o encarregado de negócios português em Paris (Duarte Ribeiro de Macedo) recebeu, no sentido de não admitir «proposição alguma sobre o casamento da senhora infanta de Portugal com príncipe da casa de França» (1676-1678).

Deve dizer-se que as reticências da diplomacia portuguesa, relativamente aos compromissos europeus, já se não verificaram quando surgiram problemas na América do Sul, acerca da colónia do Sacramento, da segurança das rotas ou tratados de comércio. Do mesmo modo, também, Portugal (1681-1682) procurou modificar os termos do tratado de comércio com a Grã-Bretanha, assinado quando da Guerra da Restauração, e conduziu com determinação as negociações com a Espanha para assegurar a paz. Não ignorava, decerto, a necessidade que a Grã-Bretanha tinha das costas portuguesas, em virtude da ameaça do poderio naval francês, nem os esforços deste relativamente ao Brasil. Para definir responsabilidades, a governança estabeleceu (1683) bases iguais quanto ao uso dos portos portugueses por parte dos navios de guerra ingleses, holandeses e franceses.

A seguir à morte de D. Afonso VI (1683), com a confirmação no trono de D. Pedro II, acentuou-se a pressão do partido francesista, com vista a estabelecer uma aliança com a França. Mas a resistência da corte portuguesa a esse respeito não se alterou e acabou por vencer quando do casamento de D. Pedro II com a princesa Maria Sofia de Neubourg (1687), filha do Conde Palatino do Reno, também muito sujeito às manobras francesas para a anexação ou tutela do seu território. O segundo casamento de D. Pedro II representa, pois, um claro enfraquecimento da influência francesa na corte de Lisboa, como já antes se tinha verificado quando das tentativas de aproximação entre a corte portuguesa e o ducado de Sabóia.

Esta resistência não podia deixar de preocupar a França. Com efeito, eram conhecidos, de longa data, os projectos franceses de intervenção na Península, logo que se verificasse a morte, constantemente esperada, de Carlos II, rei de Espanha. Nessa emergência, a posição portuguesa acerca

das propostas francesas não poderia deixar de ser tida em conta. Quer o apoio quer a oposição de D. Pedro II teriam, para efeito da posição francesa, consequências imediatas: importava-lhe, sobremaneira, não perder posições em Portugal.

Nesse sentido, a França continuava a manifestar-se como a potência cuja hegemonia na Europa se devia tomar como indiscutível. Era esse o objectivo que estava por detrás dos diversos incidentes protocolares ocorridos em Lisboa, sobretudo desde a chegada do embaixador francês Marquês de Amelot; visavam eles impor à corte de Lisboa uma preminência que distanciasse o agente francês de todos os outros representantes estrangeiros. A resposta da corte era a resistência passiva.

A tentativa de chamada de Portugal para a esfera da influência francesa parecia facilitada pela revogação do Édito de Nantes levado a efeito por Luís XIV (1685). O acto evidenciava uma intenção muito mais vasta de aproveitar, em seu benefício, a unidade católica europeia onde a França seria a potência dirigente e decerto a principal beneficiária. Mas as grandes reticências, a esse respeito, levantadas pela Áustria, Espanha, Portugal, etc., assim como pelo Papado depressa revelaram a improcedência do projecto, cuja sinceridade era por todos posta em dúvida.

No que se refere a Portugal, o esforço francês, no sentido de o atrair para o seu campo, voltou a manifestar-se quando da deposição de Jaime II de Inglaterra pela revolução de Novembro de 1688 que colocou no trono inglês o protestante Guilherme de Orange, inimigo contumaz de Luís XIV. Mas, em tudo isto, a consideração dos interesses portugueses foi superior às sugestões ideológicas. Após alguma hesitação, o governo português acabou por reconhecer, em Novembro de 1690, Guilherme de Orange como rei de Inglaterra e recusou-se a participar na movimentação internacional encabeçada por Luís XIV, para repor os Stuarts no trono britânico. Apesar das diligências em sentido contrário e da sua própria simpatia natural pelo rei destronado, a coroa portuguesa fez a declaração de que considerava a deposição de Jaime II uma questão interna britânica, onde não podia interferir e que não ia alterar, por isso, as relações entre os dois países. Ao contrário do que tantas vezes se julga, a diplomacia ideológica não encontrava grande simpatia entre os portugueses que, para sobreviver, precisavam de se apoiar em razões consistentes e perduráveis. Era a orientação que tinha ficado da escola dos diplomatas portugueses da Restauração. E muito embora a situação económica por-

tuguesa tivesse melhorado, com o considerável aumento da exportação de vinho para a Grã-Bretanha, a política industrial seguida pelo conde da Ericeira e a consolidação do comércio brasileiro não podia dizer-se que os portugueses pudessem desbaratar os seus recursos e limitadas possibilidades em decisões que acarretassem e obrigassem a uma política externa de compromissos que pudessem tornar-se de difícil cumprimento ou de excessivo risco. As questões da colónia do Sacramento, do tráfego com o Brasil e mesmo com a Índia tinham de ser enfrentadas com o maior cuidado, pois constituíam o eixo da economia internacional portuguesa. Para essa área toda a atenção era pouca e nela se deviam conservar as possibilidades portuguesas. Era do mar, dos oceanos, que se podiam esperar compensações e auxílios para Portugal enfrentar quaisquer investidas continentais. Contudo, a situação podia, por aí, agravar-se, desde que a Grã-Bretanha e a Holanda tivessem de solicitar o apoio da costa e dos portos portugueses, nos seus esforços para remover os projectos franceses de hegemonia marítima, que a sua excelente frota de grande capacidade operacional (como se verificou em diferentes recontros navais) tornava possível. Estes aliados, com todos os riscos, podiam contribuir, no mar e no continente, para a segurança de Portugal. Mas o envolvimento português teria de ser calculado pelo estado português e por mais ninguém.

A definição do equilíbrio entre as potências que, desde 1668, se desenvolvia na Europa, tendia a resolver-se em favor da França com a sua procura de influência em Espanha. A situação agravou-se com as tentativas francesas no sentido de estabelecer a sua influência sobre a Alemanha renana, com a imposição de um eleitor seu favorável no arcebispado de Colónia e a tentativa de ocupação do Palatinado. A ameaça de hegemonia tornava-se transparente. A Grã-Bretanha, a Holanda, o ducado de Sabóia apoiaram a *Liga de Augsburg* constituída pelo Império Austríaco, a Espanha e a Suécia, assim como pelos eleitores da Baviera e o do Palatinado, este último ligado à Casa Real portuguesa. A guerra desenrolou-se, pois, em terra e no mar. Apesar das pressões, Portugal manteve a neutralidade, embora não raro todos os beligerantes tivessem aproveitado as costas portuguesas para as suas manobras e ataques. Em 1695,

os corsários britânicos e franceses chegam mesmo a trazer para Lisboa os seus navios de presa (1).

Luta fatigante e indecisa. A paz de Ryswick (1697), no entanto, mais não tinha feito do que estabelecer novo compasso de espera. Aproximava-se o confronto decisivo para decidir da hegemonia europeia, quando se estabelecesse quem deveria suceder a Carlos II, rei de Espanha: se um Bourbon, se um Habsburgo, ou se haveria outra alternativa.

A situação da Europa, em geral, cuja economia precisava cada vez mais do comércio com as áreas ultramarinas da América do Norte e do Sul, assim como do Oceano Índico, tinha acabado por transformar a Península Ibérica numa área estratégica fundamental. Já se não tratava de um equilíbrio político-militar europeu propriamente dito. Passavam a estar em causa as implicações marítimas inevitáveis quanto à segurança das rotas, com a incidência da hegemonia continental francesa sobre o mar: a França era uma grande potência naval e continental e não queria perder a sua hegemonia. A partir desta situação deixou de se verificar qualquer distanciamento português em relação aos acontecimentos da Europa do Mar do Norte, em virtude da ênfase especial que o Oceano Atlântico passava a desempenhar na luta geral.

A capacidade militar de Portugal, no seu significado europeu, assentava em dois pontos decisivos: a posição determinante dos seus portos para a hegemonia naval; a disposição da sua fronteira com a Espanha para um ataque terrestre. Esta última, se era uma ameaça para Portugal, também o podia ser, embora em menor grau, para a Espanha.

Para Portugal, as boas relações com as potências marítimas apresentavam-se como indispensáveis, uma vez que era por mar que se fazia o seu comércio externo mais significativo; por aí saíam o vinho, o sal, as frutas, chegavam e partiam as produções coloniais, como sejam o açúcar, o tabaco e os couros. Por aí entravam os abastecimentos indispensáveis à cidade de Lisboa. Por aí, ainda, se defendia o País da hegemonia espanhola. A perturbação que, em todos os níveis, resultaria de um erro político, quanto ao mar, nas opções diplomáticas acessíveis, era evidente e os dirigentes portugueses não o podiam desconhecer.

(1) No ano seguinte (1696), um célebre corsário francês que atacara a Galiza, tendo-lhe morrido, na luta, um seu irmão, pede e obtém licença para o enterrar em Viana do Castelo, onde desembarcou a sua tripulação e fez ao morto faustosos funerais.

Por outro lado, no que se refere às potências envolvidas no equilíbrio europeu e na resistência à hegemonia francesa, em desenvolvimento, não era desconhecida a certeza de que os territórios, ilhas, costas e portos englobados pelo poder político português estavam melhor em independência, do que na mão de qualquer potência com projectos hegemónicos. O domínio de toda essa área, a eliminação do intermediário constituído pelo poder político português que nele se exercia, aumentaria consideravelmente o perigo de guerra imediata; a navegação que não pudesse dispor dos pontos de apoio portugueses nos oceanos tornar-se-ia insuportavelmente insegura. Mais uma vez, a independência portuguesa realçava uma densa função europeia, permitindo equilibrar forças, de outro modo irregularmente distribuídas e, como tal, precursoras de guerra. A separação de Portugal relativamente ao conjunto peninsular revelava-se, mais uma vez, um factor de segurança internacional, para além das suas razões nacionais.

Aproximava-se o momento em que o equilíbrio europeu, onde Portugal figurava como área independente, ia, de novo, ser desafiado. Uma potência continental com habilitação marítima, a França, tinha acabado por conseguir encontrar uma oportunidade para exercer na Península Ibérica um papel que, inevitavelmente, a levaria a tentar integrar, na hegemonia geral, a costa portuguesa e as suas possessões. Já o dissera o seu ministro Vernoux em 1696⁽²⁾.

A Guerra da Sucessão de Espanha ia obrigar Portugal a tomar decisões de fundo relativamente à Europa, à Espanha e à França, assim como levar as potências marítimas a conservarem o princípio, quase podia dizer-se, geoestrategicamente, sagrado, da separação de Portugal relativamente à Espanha. Em que condições?

5 — *Os primórdios do decisivo*

Todos estes factos passam a revelar as guerras como fenómenos dotados de uma integração muito mais complexa do que nas perspectivas tradicionais. Já não podia falar-se, como se viu, em confrontos de natureza exclusivamente militar. Mas, por outro lado, como se disse, acentuava-se o papel decisivo das pequenas unidades coesas ou mesmo dos pequenos exércitos.

(2) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, etc., etc., vol. 18, pág. 189.

O essencial era que o conjunto do estado estivesse protegido pelas grandes formações militares indestrutíveis, exércitos ou fortificações. Essas grandes formações, mesmo quando derrotadas, asseguravam, pela grandeza do que sobrevivia e se conservava operacional, as negociações, desde que se mantivesse a disciplina e fossem capazes de recuar sem perda da capacidade de manter o inimigo a distância. Por várias vezes, estiveram nesta situação os exércitos de Luís XIV.

Nestas condições e nesta altura, as soluções finais dos conflitos entre Estados só podiam ser alcançadas pela via diplomática; a imposição da vontade ao inimigo não podia conseguir-se quando só intervissem forças militares. E se, na verdade, o exército francês era poderoso e forte, o certo era que, havendo outros exércitos em pé de guerra, a sua capacidade exclusiva de decisão diminuía muito com a existência de formações «laterais», cuja capacidade operacional se mantivesse. E o mesmo se podia dizer dos recursos económicos e nacionais. O Estado tinha de funcionar como um todo coerente e a sua capacidade geral de pressão era superior à sua força militar.

Dentro do exército, a pequena unidade tinha adquirido maior maleabilidade e poder de decisão. O invento da baioneta e da espingarda de fuzil teve o mesmo efeito, embora mais profundo, do que sucedeu, no século XIV, com a adopção do frecheiro pelas forças armadas inglesas. E se, na verdade, a baioneta começou a ser utilizada pelo exército francês no último quartel do século, a sua adopção generalizada tornou a defensiva mais eficaz e até, de certo modo, decisiva. Em compensação, as operações de manobra dos exércitos tornaram-se mais lentas; numa primeira fase, as batalhas apresentavam-se como operações de obstáculos de tiro móvel, a que se seguiam os golpes de mão e as manobras de surpresa, nem sempre possíveis, mas que constituíam as formas de guerra mais espectaculares até finais dos anos setenta do século XVII. O essencial era pois manter a ordem ou a coesão das unidades, termo, como se vê, bem significativo.

Foi o aumento de poder de tiro e da eficácia defensiva dos exércitos que, nos fins do século, em 1689-1691, impediu a invasão da Grã-Bretanha pelas forças militares dos Stuarts destronados. Conduziu igualmente à situação de que das vitórias militares só se pudessem tirar resultados restritos, dando uma amplitude maior às negociações entre os estados soberanos, mesmo vencidos. A necessidade de manter a estabilidade governa-

tiva, que pudesse responsabilizar-se pela decisão política que o exército tornava possível, era pois indispensável. A tática militar e o seu aproveitamento precisavam de estabilidade para poder «arrancar» vantagens mesmo ao vencedor. Os governos tinham de ter capacidade estável para poder conduzir as guerras através tanto dos sucessos como das dificuldades. Daqui resultava um outro ponto, esse bem mais grave; é o reaparecimento das guerras de devastação, uma vez que a decisão militar não podia bastar: paradoxalmente, a insuficiência dos exércitos para impor as decisões conduzia à sugestão da guerra total que não fazia mais do que mostrar a insuficiência da decisão militar. E pela mesma razão, provocou o aparecimento da espionagem sistemática (a fim de conhecer posições e fortificações) e fez ampliar consideravelmente projectos de apoio aos grupos organizados ou viáveis para actuarem no interior do território inimigo.

É pois numa Europa agitada, tensa e em choque, quando os seus interesses se transferem também para outras áreas e quando os seus próprios territórios, embora decisivos, deixam de bastar, que se desencadeia a Guerra da Sucessão de Espanha. O seu objectivo profundo era unir a força europeia da França, o seu potencial militar aplicável ao Reno à capacidade extra-europeia da Espanha, com o poderio naval de ambos: a Europa ficaria sob a tutela dos Bourbons. Por parte dos seus adversários exibia-se um poder marítimo também indiscutível que fazia tudo por impedir a união da força continental com os recursos navais das potências já poderosas no continente. Por esse motivo, apoiavam a Áustria, grande estado continental, mas que, absorvida pela luta contra os turcos, só muito dificilmente poderia tornar-se uma grande potência marítima. A estratégia da Grã-Bretanha visava conquistar à França a hegemonia marítima, uma vez que não tinha forças suficientes para decidir da hegemonia continental. Lá chegaria.

Nos fins do século XVII, a resistência à França tornava-se, pois, não só possível como necessária. Por esta mesma altura, a Áustria tinha conseguido resultados importantíssimos na luta contra os turcos, passando a imperar na Hungria e na Moldávia. Contudo, essa resistência anti-francesa revelava uma circunstância nova que marcava o sinal dos tempos. Na verdade, o debate político e militar não ia verificar-se só na Europa Central e no Mar do Norte, como, até então, tinha sucedido. Ia envolver também as áreas ocidentais, ligadas ao Oceano e aos portos de onde se partia para as conquistas e os novos mundos. Ia afectar o

tráfego e as novas áreas. Por esse facto, Portugal não podia deixar de ser levado a tomar posição. Estas áreas de luta da Europa eram-lhe vitais.

A união do poder marítimo espanhol e com o poderio francês, embora em duas potências diferentes mas aliadas, significava, num molde já europeu, a reprodução da situação estratégica em que Portugal tinha perdido a independência, em 1580. Nestas circunstâncias, não podiam deixar de voltarem a aparecer, entre os portugueses, a inquietação e a incerteza. Assim como não podiam deixar de aparecer os pregoeiros ideológicos clamando que os interesses de Portugal estavam do lado da potência mais espectacular e poderosa e que o melhor a fazer era antecipar-se e apoiar os Bourbons, no pleito que se ia inevitavelmente desenrolar. E foi esta a primeira corrente que dominou na corte portuguesa.

6 — A Guerra da Sucessão de Espanha

No conjunto presente em quanto as coisas não tomam jeito, a maior política será o maior disfarce e a melhor negociação será a de ter boas tropas e bons navios.

José da Cunha Brochado, carta de 28 de Novembro de 1700, in Damião Peres, *Ob. Cit.*, pág. 37.

A Guerra da Sucessão de Espanha apresenta, desde logo, a característica especialíssima de ter sido desencadeada a partir de um acontecimento esperado durante cerca de quarenta anos. Desde 1662 que todos os acontecimentos europeus se desenrolavam na previsão de um confronto internacional relacionado com a solução dada à herança do trono de Carlos II. Afinal, isto significava que o confronto era inevitável, em virtude dos planos hegemónicos franceses ligados àquela herança e da resistência encarnçada que eles não podiam deixar de desencadear. E a primeira desvantagem da França foi, exactamente, o facto de a guerra ter surgido quando as suas intenções eram bem conhecidas e estavam bem estudadas as formas de resistência, de coligação e aproveitamento conjunto das oposições regionais ao hegemonismo francês. Ao mesmo tempo, o poderio militar já tinha dado provas da sua insuficiência, face ao aumento de importância dos condicionalismos institucionais, económicos e políticos.

As potências marítimas tinham aumentado a sua capacidade em relação à França, enquanto a Áustria tinha revelado a qualidade dos seus recursos militares, na sua interminável guerra contra os turcos. Mais a Oriente, a Rússia de Pedro o Grande absorvia o poderio sueco e tirava à França um aliado possível.

A Guerra da Sucessão de Espanha surgiu, pois, numa Europa prevenida e preparada, com a agravante de se ter desencadeado pouco depois da coligação das potências contra a França e que tinha levado à paz de compromisso de Ryswick.

Na perspectiva do previsível confronto com a maioria das potências europeias que procuravam evitar a unificação estratégica franco-espanhola, a França, apesar do seu poderio militar, deu provas de uma grande moderação nas negociações daquela paz de Ryswick, tentando mesmo uma plataforma de acordo geral. Em face do agravamento do estado de saúde do rei espanhol, assinou, até, com as potências interessadas na sucessão o tratado de partilha de Londres (Março de 1700), pelo qual a coroa espanhola passaria para Carlos, filho segundo do imperador austriaco. Em contrapartida, a França recebia, daquela herança, o reino de Nápoles, a Sicília e o Milanês.

O problema parecia resolvido. As potências marítimas e a Áustria queriam evitar que a Espanha se unisse à França e era esse o aspecto mais importante do protocolo de Londres. No entanto, a situação alterou-se, por completo, com o último testamento de Carlos II de Espanha que recusava o protocolo de Londres porque lhe cindia as possessões europeias de Espanha. Aquelas determinações de Carlos II eram uma última tentativa de manter a unidade da coroa espanhola. Para isso, declarava seu herdeiro e sucessor Filipe de Anjou, neto de Luís XIV, na esperança de que o apoio francês conseguisse impedir a divisão dos domínios espanhóis.

Em face daquelas disposições, Luís XIV aceitou-as e pôs de parte o protocolo de Londres, enquanto as outras potências signatárias se dispunham a mantê-lo. A situação de guerra tornou-se irreversível quando os projectos hegemónicos franceses se começaram a revelar nas consequências previstas, e Luís XIV substituiu por tropas francesas as guarnições espanholas nas fortalezas flamengas da fronteira com a Holanda. Logo a seguir, Luís XIV tornou públicas as suas reservas quanto à eventual desistência de Filipe de Anjou dos seus direitos ao trono francês, apesar

da expressa exigência que, a esse respeito, constava nas disposições de Carlos II.

Estas atitudes e medidas alarmaram as outras potências europeias, considerando-as a expressão do propósito da imposição da hegemonia francesa, nas áreas mais controversas da Europa: o Escalda, o Reno, o Oceano Atlântico. Promoveram assim uma coligação no sentido de se oporem à entrega do trono espanhol a um Bourbon. Constituíram a *Grande Aliança* onde se incorporaram a Grã-Bretanha, a Áustria, a Holanda, assim como numerosos principados alemães. A base da sua alternativa era a manutenção do candidato estipulado no protocolo de Londres: o arquiduque Carlos da Áustria.

A Guerra da Sucessão de Espanha, assim iniciada, desenrolou-se tanto na Península Ibérica, como na Itália, Alemanha, Países Baixos, Norte da França e na sua fronteira oriental e veio a dar lugar a violentas batalhas e invasões. Depois de um início auspicioso, a França, atacada em várias frentes e por exércitos peritos e bem comandados, começou a sentir os efeitos da guerra, em diversas áreas do seu próprio território.

Em face da situação militarmente difícil, Luís XIV propôs negociações de paz que não dividiram nem distraíram os seus adversários. Assim, a dureza das condições que eles apresentaram obrigou o rei francês a prosseguir a guerra. Não obstante, tornava-se claro o enfraquecimento do poder de decisão militar por parte da França, pelo que aumentou a confiança dos seus adversários no triunfo da proposta que representavam para a herança do trono espanhol, assim como o objectivo mais amplo de acabar com a hegemonia francesa na Europa.

Entretanto, a morte do herdeiro do trono austríaco tornou imperador o arquiduque Carlos, candidato da *Grande Aliança* ao trono de Espanha. Com este inevitável restabelecimento do império de Carlos V, verificou-se uma evidente desmotivação do esforço de guerra britânico a quem essa solução deixava também de interessar. Os ingleses começaram então a defender a realização de uma paz negociada e os esforços para esse efeito começaram a ter, na Europa, uma audiência cada vez maior. E como os sucessos militares, embora não fossem favoráveis à França, também não eram fáceis de explorar politicamente, o consenso para a paz levou à convocação de um congresso para esse efeito, chegando-se a uma solução de paz pelos tratados de Utrecht e de Rastadt. Por eles, fundamentalmente, para o que nos interessa, Filipe de Anjou tornava-se rei de Espa-

nha mas renunciava aos seus direitos ao trono de França, quaisquer que eles fossem.

A participação de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha era, desde o seu início, inevitável. Na verdade, era impossível ignorar-se que qualquer decisão tomada a respeito da Espanha viria a ter reflexos imediatos em Portugal. Compreende-se, pois, a extraordinária preocupação em Portugal sobre o modo como seria resolvida a sucessão da coroa espanhola. As negociações anteriores à morte de Carlos II, e que levaram ao protocolo de Londres, também tiveram a participação de Portugal, tendo sido ouvido o ponto de vista da corte portuguesa. E já depois de Luís XIV ter aceite as disposições do testamento de Carlos II de Espanha, o embaixador de França, com o apoio do poderoso partido continental da corte de Lisboa, conseguiu que fosse assinada uma aliança pela qual Portugal reconhecia aquele mesmo testamento, assim como o título de rei de Espanha a Filipe de Anjou. A partir daí, deveria fechar os portos aos países defensores do candidato austriaco, já em pé de guerra para disputar o trono espanhol (18 de Junho de 1701).

O partido atlântico defendia, pelo contrário, a participação de Portugal na *Grande Aliança*, ou, pelo menos, a neutralidade. Em defesa dessa posição alegava quanto era indispensável evitar o choque com a Grã-Bretanha e a Holanda cujas hostilidades podiam afectar gravemente o tráfego marítimo português sem que se pudesse contar com a colaboração francesa para o enfrentar, pois a França também era pretendente ao mesmo domínio. Esta política contra a *Grande Aliança* podia até — dizia-se — fazer renovar os esforços holandeses, tentados durante a Guerra da Restauração, para «reconquistar» o Brasil. E na verdade, quando a declaração de guerra da França e da Espanha contra a *Grande Aliança* se tornava iminente, a Holanda deu a conhecer ao embaixador português que, se os portos portugueses lhe fossem fechados, entraria em guerra com Portugal no mesmo título em que se encontrava com a França e a Espanha Bourbonica. E o mesmo fez a Grã-Bretanha. Esta certeza, que Portugal sabia inevitável, acelerou o processo para corrigir a primeira posição tomada por D. Pedro II. Este passou a inclinar-se, primeiro, para a neutralidade. Em seguida, face ao agravamento das exigências francesas, a posição portuguesa encaminhou-se no sentido de uma aliança com os estados da *Grande Aliança*. Portugal acabou assim por romper com

Luís XIV e Filipe V e aliou-se às potências atlânticas, como se estabeleceu no primeiro tratado de Methuen assinado a 19 de Maio de 1703. A justificação para o corte com a França de Luís XIV tinha um poderoso fundamento que reflectia afinal o carácter continental da luta e a posição atlântica de Portugal: o auxílio prometido pela França a Portugal, em caso de ataque ou ameaça da Grã-Bretanha e da Holanda nunca se verificou; a França, assoberbada por tantas responsabilidades militares, não estava em condições de o conceder. Voltava pois a verificar-se que, em Portugal, os auxílios vindos por mar e remetidos por potências marítimas eram possíveis, enquanto a colaboração das potências continentais era sempre aleatória, difícil de se concretizar e regateada, inserida numa hierarquia de prioridades continentais que nunca podia beneficiar Portugal. Aspecto que, de forma alguma podia ser secundário numa potência, como Portugal, que tem uma fronteira terrestre vulnerável e responsabilidades marítimas tão extensas.

Depois desse tratado de Methuen de Maio de 1703, o envolvimento de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha aumentou ainda mais. Em Março de 1704, o pretendente austríaco ao trono espanhol desembarcava em Lisboa e aqui estabelecia corte: pouco depois, desenvolviam-se operações militares importantes a partir da fronteira portuguesa. Não eram, na verdade, as operações essenciais na guerra, mas serviam sobretudo para fixar tropas franco-espanholas na fronteira portuguesa, de modo a não poderem ir reforçar os outros exércitos em campanha, nas áreas estrategicamente decisivas. Estas operações militares, ainda que brilhantes, só serviam, de facto, para ocupar os soldados de ambas as partes e, como o território português era uma entrada na Espanha pelo extremo ocidente da Península, o número de tropas aqui fixado era elevado. Por este facto, podia ter um papel decisivo na solução final. Pelo lado português, porém, as suas zonas de fronteira foram desvastadas com estas manobras de diversão, causando uma impressão profunda nas populações afectadas, que havia cerca de 30 anos tinham estado sujeitas ao mesmo flagelo, quando da guerra nacional da Restauração.

Era claro que uma paz negociada pela ponderação geral das forças em presença, no sentido de evitar o desgaste inevitável se o confronto prosseguisse, era da maior vantagem para Portugal. Assim se poderia evitar muito melhor que a Espanha, aproveitando-se do apoio francês, tentasse renovar a aventura da unificação peninsular. Interessava, sobretudo,

a Portugal que qualquer vantagem da França em Espanha não fosse conseguida à custa do esmagamento dos adversários, deixando-os incapazes de se oporem a novas ofensivas que a França pudesse tentar. A Portugal só podia convir que da Guerra da Sucessão de Espanha saísse uma Europa forte e equilibrada, condição da sua própria estabilidade externa. No plano das forças continentais e marítimas, a manutenção do equilíbrio era a base indiscutível da política externa portuguesa, tanto nas vésperas da Guerra da Sucessão de Espanha como no decorrer dela, como ainda para a sua conclusão.

No que se refere às rotas e a todas as áreas marítimas já complementares das potências europeias, importava a Portugal reforçar o poderio marítimo das potências rivais da França. Ficava-lhe, assim, sempre acessível o apoio naval, caso a força da França, como aliada e colaboradora da Espanha, fosse capaz de levar a efeito uma invasão de Portugal ou mesmo do Brasil. A expedição de Du Clerc ao Brasil, realizada em 1710 e que terminou num desastre para os franceses, concretizava esta ameaça. Depois do seu aniquilamento militar, seguiu-se outra expedição também de resultados secundários, embora constituísse um excelente estímulo e pretexto para o reforço da marinha de guerra portuguesa.

Jorge Borges de Macedo

Professor da Universidade de Lisboa e da Universidade
Católica Portuguesa